



Produção do algodão agroecológico como instrumento de política pública *Production of agroecological cotton as a public policy instrument*

SILVA, Jessika K Barbosa¹; DE LIMA, Jailma, S. S.²; MEDEIROS, Fernanda Ramos de³; GOIS, Marcos Vinicio de⁴; OLIVEIRA, W. M. S.⁵.

¹ Universidade Federal Rural do Semiárido, jessika.silva@alunos.ufersa.edu.br; ² Universidade Federal Rural do Semiárido, jailma@ufersa.edu.br; ³ Universidade Federal Rural do Semiárido, fernandarrmedeiros@outlook.com; marcosviniciouz11@gmail.com; ⁴ Universidade Federal Rural do Semiárido; witor-marcelo@hotmail.com; ⁵ Universidade Federal Rural do Semiárido.

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas públicas e agroecologia

Resumo: O programa do algodão agroecológico potiguar foi lançado em 2021 pelo governo do estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) e executado primordialmente pela Empresa de Pesquisa agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN). O programa propõe o cultivo da cultura por meio de bases agroecológicas e conta com diversos parceiros para a sua implantação e condução. Destaca-se ainda pelo atrelamento a outras políticas públicas que são a distribuição de sementes orgânicas, assistência técnica, certificação agroecológica e orgânica e a garantia de compra do algodão, por empresas parceiras nacionais. O retorno do cultivo do algodão é de suma importância para o aceite e produção de forma agroecológica, fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, especificamente no nordeste brasileiro.

Palavras-Chave: programa; cultura; desenvolvimento; sustentabilidade.

Contexto

A cultura do algodão (*Gossypium hirsutum* L.) é de suma importância para a economia brasileira, principalmente de pequenos produtores. O cultivo do algodoeiro representou uma das principais atividades agrícolas no Nordeste, tendo sido responsável por grande parte da geração de emprego e renda, principalmente no século XX, sob regime da agricultura familiar (EMBRAPA, 2003). O Rio Grande do Norte (RN) foi um dos estados do Nordeste que se destacou nos seus cultivos algodoeiros.

O RN foi um grande produtor de algodão superando outras produções vistas como culturas primárias e de foco de exportação, agregação de valor e renda para pequenos e médios produtores, sendo reconhecido como o “ouro branco do Nordeste”. Mas, devido alguns fatores, houve um declínio drástico responsável pela destruição das lavouras e, conseqüentemente, o desenvolvimento da atividade, como foi o caso da ocorrência do ataque do “bicudo” (*Anthonomus grandis*) nas plantações, gerando uma alta crise e cessação da atividade principalmente por pequenos e médios produtores. Nesse período, os plantios eram realizados no modelo convencional de produção, em monocultivos, insumos de origem química e



práticas não sustentáveis, foram bastante favoráveis para ocasionar a disseminação das produções.

A exemplo dos estados vizinhos do Rio Grande do Norte, o Ceará e a Paraíba, que há muitos anos vem desenvolvendo o cultivo do algodão branco e colorido de forma agroecológica, o estado do RN lançou em dezembro de 2021 o projeto intitulado como “Algodão Agroecológico Potiguar”, baseado em princípios e ações agroecológicas e acesso ao mercado com comercialização justa, investindo e apoiando, também com ajuda de parceiros para o resgate do cultivo do algodão para o estado. No primeiro ano o projeto atendeu 8 (oito) territórios potiguares: Alto Oeste, Sertão de Apodi, Sertão Central, Seridó, Assú/Mossoró, Mato Grande, Trairi e Potengi, segundo informações do site da SEDRAF. Para a safra de 2022, estima-se que atenderá todos os territórios, no entanto só serão concretizadas após a colheita do mesmo e tabulação dos dados.

O plantio é realizado em sequeiro, ou seja, no período de chuva. Nesse momento o agricultor recebe assistência técnica e extensão rural para o repasse das informações acerca do plantio correto da cultura. É obrigatória a produção de forma agroecológica, de forma consociada com culturas agroalimentares que garantam também a produção de alimentos para o consumo próprio e vendas, para a soberania alimentar das famílias. Existem os períodos certos de plantio para cada território, depende do período de chuva específico, e o arranque das plantas ao final da colheita, pois essas são estratégias essenciais para impedir o ataque do bicudo e, também, de outras possíveis pragas.

O projeto é coordenado pelo Governo do Estado, por intermédio da SEDRAF e Emater-RN. Ele é constituído por um arranjo institucional que conta com a participação de importantes parceiros: Embrapa Algodão, que tem por objetivo capacitar técnicos e agricultores, através de módulos, com ensinamentos acerca de planejamento e organização dos consórcios agroecológicos, orientações sobre o plantio do algodão, introdução ao manejo e controle de inimigos naturais e doenças, além de poderem socializar sobre a unidade de produção das famílias assistidas, e discutirem sobre gênero e geração, que é de suma importância para o debate da agroecologia, as Prefeituras, Instituto Riachuelo, Sebrae, Diaconia, Acopasa, Vert, Unicafe, Instituto Casaca de Couro, Norfil, FAO, Rede Xique-Xique e Justa Trama.

Descrição da Experiência

A experiência técnica se deu por meio de um projeto de assistência técnica e extensão rural, executado pelo Centro Feminista 8 de Março, uma Organização Não-Governamental que surgiu em março de 1993, dispondo de uma equipe técnica voltada para acompanhamento da produção rural e voltada para a auto-organização das mulheres. Além do acompanhamento do algodão agroecológico potiguar, também executa o projeto “Caatinga Viva Pelas mãos das Mulheres”, que tem como desígnio promover no Brasil um desenvolvimento equitativo, sustentável e inclusivo para o alcance das metas dos acordos internacionais nas temáticas de combate à desertificação, mitigação da seca, mudanças climáticas e promoção da



biodiversidade, que terá como parceiros a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), cofinanciado pela União Europeia. A ONG CF8 atuava nas orientações técnicas da execução do projeto do Algodão, com visitas periódicas nas unidades de produção, repassando informações necessárias para a produção agrícola. No primeiro momento, na safra de 2022, foram mobilizados e articulados uma média de quarenta agricultores no território Assú-Mossoró, para a produção do algodão colorido, por meio do arranjo institucional Rede Xique-Xique e

Justa trama, sendo que a Xique-Xique atuava como a Unidade certificadora, por meio do Organismo Participativo de Apoio a Certificação orgânica (OPAC) Xique-Xique e a Justa Trama, como a empresa compradora da pluma do algodão. Para a safra de 2023, logo o projeto se estendeu, e foram mobilizados uma média de oitenta agricultores familiares, para a produção de algodão colorido e branco. No arranjo do algodão branco, a empresa compradora é a Vert Shoes, que garantiu para o primeiro ano, dois mil e vinte e três o fomento das sementes e sacarias, mas não arcará com esses recursos para os anos posteriores. As bonificações, que são um acréscimo para cada quilograma de pluma de algodão, serão ofertadas para produções organizadas por meio de anotações em caderno de campo, onde a mesma irá comprar a pluma do algodão agroecológico, ao final de toda a safra, prevista para acabar no início de setembro de 2023.

O território do Assú-Mossoró, no RN, abrange cinco municípios que são Mossoró, Assú, Afonso Bezerra, Ipanguaçu e Porto do Mangue. Neste último município, não foram mobilizados beneficiários por parte da instituição prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural. Neste caso, os beneficiários contam com outros arranjos. Após as mobilizações, iniciaram as formações modulares ministradas pela EMBRAPA. No primeiro módulo, foram abordados os aspectos dos arranjos institucionais, conservação do solo e da água e produção de insumos e fertilizantes naturais, provenientes das próprias unidades de produção, como é o caso do biofertilizante. O evento ocorreu em Natal-RN, com a participação de técnicos, extensionistas e agricultores. Após esses encaminhamentos, as técnicas entraram “em campo” para repassar o conteúdo e promover a produção dos biofertilizantes em cada unidade de produção. Vale ressaltar que muitas produções ocorrem de forma coletiva, o que favoreceu na multiplicação dos conhecimentos. Também, já foram repassadas orientações técnicas sobre os consórcios e o rastreio das sementes que seriam utilizadas, uma vez que se os sistemas são agroecológicos e orgânicos, as sementes não podem ser transgênicas.

No segundo módulo, tratou-se justamente dos consórcios agroalimentares, pois não existe agroecologia sem diversificação de espécies. Foram abordados aspectos de quais melhores cultivares para determinado tipo de solo e a combinação com a cultura do algodão, técnicas de semeio/plantio e definição do período de plantio simultâneo, a depender de cada região, obviamente sempre observando o “rastreio das chuvas”.

Nos seguintes módulos (três e quatro) foram socializados o número de famílias e os municípios que já tinham efetivado os plantios, alguns, até meados abril não tinham



conseguido semear por falta de chuvas ou pelo atraso na distribuição de sementes, responsabilidade do órgão competente, uma vez que o programa do algodão agroecológico também está atrelado ao programa de sementes crioulas, que objetiva garantir a produção de alimentos saudáveis, a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento social e econômico das organizações produtivas de base familiar. O Programa Estadual de Sementes Crioulas conta com a parceria da Articulação do Semiárido (ASA Potiguar) e demais movimentos sociais do campo, além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), segundo a SEDRAF. Para aqueles que não queriam esperar pela chegada dessas sementes, a orientação é que utilizassem as sementes guardadas de safras passadas, como é de costume se fazer, pois, as sementes livres de transgenia ou melhoramento genético além de inacessíveis aos pequenos produtores, também poderiam desvirtuar o objetivo do programa, além de não atender aos princípios agroecológicos. Diariamente fazia-se o acompanhamento aos produtores rurais por meio de visitas às suas unidades de produção, todos atentamente aos seus chamados e a obrigações, em prol de um desenvolvimento eficaz do programa, além da contribuição única para os agricultores nos seus sistemas produtivos.

Um ponto que é de suma importância ressaltar é a questão de gênero e geração, sempre abordados nos módulos formativos e socializados com as famílias. Tais aspectos são sempre debatidos pelos movimentos sociais, especificamente os feministas, como é o caso da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que tem como objetivo central o combate à pobreza e a não violência. Nos seus atos, manifesta-se a busca por igual de gênero, além da autonomia econômica das mulheres, dentre outros aspectos e também a Marcha das Margaridas, que é um movimento com uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta e de movimentos feministas e de mulheres.

É evidente que não existe agroecologia sem o feminismo, sem a participação das mulheres e a valorização do seu trabalho, assim como também a participação da juventude nos processos de produção. A agroecologia é uma ciência da vida, que envolve estilo de produção e de vivência. Acompanhar, observar, entender e, através desses, concluir que o resgate da cultura do algodão foi imprescindível para o desenvolvimento da agroecologia nos processos de produções dos agricultores familiares do RN. Além da garantia da comercialização justa, para aqueles que veem nessa cultura uma oportunidade de crescimento e fortalecimento das produções.

Resultados

Além da cultura do algodão como fator primordial para a produção de forma agroecológica, vale ressaltar também a importância das entidades de ATER e, conseqüentemente, os técnicos que são envolvidos no processo. Não é somente executar a ação, é também acreditar, se o técnico não transmite e não acredita naquilo que está passando, não se chega aos objetivos. O desígnio da experiência era para ser técnica e extensionista, mas foi para o conjunto da vida, agregação profissional, mas também pessoal, entendendo como a política pública é



transformadora para a vida das pessoas, sendo de suma importância que sua construção seja feita por aqueles que serão beneficiados diretamente por ela. Para isso, é necessário a junção de esforços em prol de uma agricultura sustentável e

familiar. É evidente que trabalhar com a agroecologia é desafiador, mas na mesma intensidade, é inestimável o quanto a agroecologia transforma vidas e que é possível produzir alimentos saudáveis.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e, consequentemente, aos seus colaboradores, especialmente aos mestres que passaram pela minha trajetória acadêmica até aqui. A Universidade transforma vidas e com certeza transformou as nossas.

Agradecemos ao Centro Feminista 8 de março, onde a primeira autora deste trabalho colaborou no corpo técnico da equipe de campo, acompanhando as famílias introduzidas no programa do algodão agroecológico potiguar, por meio da política pública de assistência técnica e extensão rural.

Agradecemos imensamente a todos os agricultores familiares que acompanhamos, especialmente ao grupo de produção de Picada – Ipanguaçu e ao grupo de mulheres de Tiradentes, que me desafiam todos os dias a ser uma profissional melhor, e que a força das mulheres do campo devem e merecem ser valorizadas e respeitadas.

Referências bibliográficas

EMBRAPA, ALGODÃO. Cultura do algodão herbáceo na agricultura familiar. 2013.